



AGENDA LEGISLATIVA

28 DE ABRIL A 2 DE MAIO DE 2025

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLEN – PLENÁRIO / Plenário da Câmara dos Deputados /

Segunda-feira (28/04), 18h00

PL 3224/2024 - Institui a Campanha Nacional de Utilização Consciente da Tecnologia Digital, que se destina a incentivar o uso ponderado e responsável de jogos eletrônicos, redes sociais, programas computacionais, softwares, e similares conectados à internet ou a outra rede de comunicações, e dá outras providências. Item nº 3.

Explicação: Dentre outros, estabelece que os sites e aplicativos de jogos eletrônicos e de redes sociais deverão conter advertência sobre os riscos potenciais do uso excessivo da tecnologia digital em crianças e adolescentes. Além disso, prevê a aplicação de sanções pelo descumprimento das disposições.

Autor: Dorinaldo Malafaia (PDT/AP)

Relator: Duda Salabert (PDT/MG)

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos PLs 3224/2024; e 3786/2024, e do Substitutivo da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CSSF).

PL 1663/2023 - Revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Item nº 17.

Explicação: revoga artigos já derogados da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para melhor adequação legal

Autor: Fausto Santos Jr. (UNIÃO/AM)

Relator: Roberto Duarte (REPUBLICANOS/AC)

Parecer: Pendente

Terça-feira (29/04)

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / A Definir, 10h00

PL 5873/2019 - Altera a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Item nº 3.

Autor: Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

Relator: Daniel Almeida (PCDOB/BA)

Parecer: Pela rejeição deste e do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Plenário 08, 10h00

PL 1954/2022 - Dispõe sobre o tempo como bem de valor jurídico essencial para o exercício dos direitos da personalidade, devendo ser considerado para fins de reparação integral dos danos ao consumidor. Item nº 23.

Explicação: entre outros, reconhece o tempo como um bem de valor jurídico e altera o Código de defesa do Consumidor para considerar, para fins de indenizações, práticas abusivas condutas do fornecedor que impliquem na perda de tempo do consumidor. Além disso, determina que o fornecedor de serviços deverá utilizar de todos os esforços para prevenir a perda de tempo indevida do consumidor.

Autor: Carlos Veras (PT/PE)

Relator: Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, na forma do substitutivo apresentado.

CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO / Anexo II, Plenário 13, 10h00

PL 3423/2023 - Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a contribuição voluntária das empresas que façam uso de inteligência artificial para o Fundo de Amparo ao Trabalhador e a concessão do selo “Empresa Amiga do Emprego”. Item nº 8.

Autor: Caio Vianna (PSD/RJ)

Relator: Luiz Gastão (PSD/CE)

Parecer: Pela aprovação.

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 10h00

PL 4238/2021 - Inaugura penas administrativas quanto ao não cumprimento de acessibilidade eletrônica, institui obrigatoriedade de acessibilidade eletrônica na Administração Pública e dispõe sobre recomendação para inclusão de disciplina obrigatória nos cursos de direito, jornalismo, publicidade, desenvolvimento de sistemas e sítios eletrônicos ou correlatos. Item nº 9.

Explicação: edita a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), para que o Poder Público institua mecanismos de acessibilidade eletrônica em seus repositórios, sob pena de aplicação de advertência, multa e suspensão do sítio eletrônico; além de incluir nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em direito, jornalismo, publicidade e desenvolvimento de sistemas, disciplina obrigatória de Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Autor: Felipe Rigoni (UNIÃO/ES)

Relator: Tabata Amaral (PSB/SP)

Parecer: Pela aprovação, na forma do Substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), com subemendas e envio de Indicação.

SUBAPOST - SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE REGULAÇÃO DE APOSTAS ESPORTIVAS / Anexo II, Plenário 04, 10h15

Reunião de Instalação e Eleição - Tema: Instalação e eleição de presidente

CSPCCO - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO / Anexo II, Plenário 02, 10h30

Reunião de Comparecimento de Ministro(a) - Tema: Prioridades do Ministério da Justiça em 2025 e esclarecimentos sobre temas diversos.

Convidado:

- Ricardo Lewandowski, Ministro da Justiça e Segurança Pública.

CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO / A Definir, 14h00

PLP 81/2022 - Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao desenvolvimento tecnológico das telecomunicações custeadas por fundo criado para tal finalidade. Item nº 3.

Explicação: determina ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) as mesmas condições do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), na qual veda o contingenciamento e desvinculação de recursos do fundo e estabelece o limite de 50% para aplicações em recursos reembolsáveis. Ademais, destina 30% dos recursos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Autor: André Figueiredo (PDT/CE)

Relator: David Soares (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela aprovação, com Substitutivo.

PL 1585/2019 - Altera o Decreto Lei 2.848 de 20 de dezembro de 1940, altera a 12.965 de 23 de abril de 2014 e dá outras providências. Item nº 5.

Autor: Dr. Jaziel (PL/CE)

Relator: Cleber Verde (MDB/MA)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 1797/2019, 2285/2019, 2463/2019, 1785/2023, 2827/2023, 4028/2023, 1798/2023, 2048/2023, e 2691/2023, apensados, com Substitutivo.

PL 2790/2022 - Determina a preservação no país dos dados eleitorais, físicos ou em nuvem, em poder dos órgãos públicos responsáveis pelas eleições, e suas empresas contratadas. Item nº 6.

Autor: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

Relator: Gilvan Maximo (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação deste, com Emenda.

PL 2018/2022 - Acrescenta artigos e incisos à Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para dispor sobre o licenciamento simplificado para a instalação de infraestrutura de redes de telecomunicações. Item nº 12.

Explicação: permite a possibilidade de delegação pela Anatel das atividades de verificação das qualificações jurídicas, técnicas e econômico-financeiras para fins de emissão do Selo de Qualidade, de maneira a facilitar o exercício do poder de polícia, prerrogativa exclusiva da Anatel. Tal selo consiste na verificação prévia dos requisitos formais necessários para que o requerimento obtenha a licença para instalar a infraestrutura de redes de telecomunicações pretendidas.

Autor: Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relator: Cezinha de Madureira (PSD/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 634/2020, e 2976/2023, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU).

PL 3172/2019 - Dispõe sobre a adiamento do vencimento das faturas cobradas por fornecedores de serviços continuados. Item nº 13.

Explicação: serviços de natureza continuada são aqueles em que existe um contrato de prestação de serviço sem prazo final definido ou cujo prazo contratado ultrapasse 6 meses.

Autor: Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO)

Relator: Cleber Verde (MDB/MA)

Parecer: Pela aprovação deste, dos PLs 3335/2019, 4181/2019, e 6339/2019, apensados, e pela aprovação do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), com Substitutivo.

PL 4225/2020 - Altera a Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997, para dispor sobre a possibilidade de conversão de multa aplicada a empresas de telecomunicações em investimento em infraestrutura. Item nº 15.

Explicação: o investimento em infraestrutura deverá visar a melhoria da cobertura e da qualidade de seus serviços, especialmente nas áreas rurais, nos termos da Lei 7.347, de 24 de julho de 1985, o qual deverá conter cronograma físico-financeiro dos investimentos.

Autor: Marcelo Brum (REPUBLICANOS/RS)

Relator: David Soares (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, e do PL 799/2023, apensado, com Substitutivo.

PL 5318/2020 - Dispõe sobre a criação de aplicação de internet destinada ao envio de demandas a órgãos de segurança pública, em casos de emergências. Item nº 16.

Explicação: obriga o Poder Público federal a criar uma aplicação de internet destinada ao envio de demandas a órgãos de segurança pública, em casos de emergência, que deverá estar disponível para acesso por meio de página na internet e por meio de aplicativos para smartphones, nos principais sistemas operacionais existentes para esses dispositivos.

Autor: Edna Henrique (REPUBLICANOS/PB)

Relator: Fred Linhares (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação deste, com Substitutivo.

PL 1349/2021 - Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a utilização dos recursos do Fust – Fundo de Universalização das Telecomunicações – em ampliação de infraestrutura de telecomunicações 5G, e dá outras providências. Item nº 19.

Explicação: estabelece que os recursos que as empresas recolheriam ao Fust poderão ser aplicados diretamente nos investimentos de ampliação de sua rede, beneficiando as áreas rurais e urbanas de baixo IDH, contribuindo para a expansão e interiorização mais rápida da internet e telefonia 5G no Brasil.

Autor: Otto Alencar Filho (PSD/BA)

Relator: David Soares (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela aprovação deste, com Substitutivo.

PL 5956/2023 - Altera o Marco Civil da Internet para obrigar os provedores a notificar as autoridades sobre práticas aparentes ou iminentes de abuso sexual infantojuvenil. Item nº 23.

Autor: Fred Costa (PRD/MG)

Relator: Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação deste, e da Emenda ao Substitutivo 1/2024 CCOM, com Substitutivo.

PL261424 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI N. 2614, DE 2024, DO PODER EXECUTIVO, QUE "APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2024-2034" / Anexo II, Plenário 14, 14h00

Reunião de Instalação e Eleição - Tema: Instalação da comissão e eleição do presidente e vice-presidentes.

Quarta-feira (30/04)

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 04, 10h00

PL 486/2019 - Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins para aquisições de equipamentos de informática por famílias de baixa renda inscritos no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), de que trata a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Item nº 6.

Autor: Capitão Wagner (UNIÃO/CE)

Relator: Dayany Bittencourt (UNIÃO/CE)

Parecer: Pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação com substitutivo.

SENADO FEDERAL

Terça-feira (29/04)

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 10h00

PL 847/2025 - Altera a Lei nº 11.540, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, para aprimorar a destinação de recursos do Fundo. Item nº 9.

Autor: Jaques Wagner (PT/BA)

Relator: Rogerio Carvalho Santos (PT/SE)

Parecer: Pela aprovação deste e da Emenda nº 1-T, com duas emendas que apresenta.

CCT - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 10h00

Reunião - Tema: Eleição do vice-presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática para o biênio 2025/2026.

CPIBETS - CPI DAS BETS / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 11h00

Reunião - Tema: Realização de Oitiva. Apreciação de requerimentos

Convidados:

- Adélia de Jesus Soares, dona da *Payflow* Processadora de Pagamentos LTDA.; e
- Representante da empresa *Peach Blossom River Technology*.

CTFC - COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, 14h00

PL 4506/2021 - Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para reduzir o valor mínimo de contratação a partir do qual é obrigatória a implantação de programa de integridade pelo contratado, e dá outras providências. Item nº 1.

Explicação: entre outros, reduz em um quinto a exigência de implementação de programa de integridade; estabelece que a obrigatoriedade de implantar programas de integridade se aplica às contratações de maior vulto feitas com dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Autor: Delegado Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relator: Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Parecer: Pela aprovação com duas emendas